

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

PREZADO(A) SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DO PREGÃO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL PARA A REALIZAÇÃO DE LEILÃO DE BENS APREENDIDOS – ÁREA DE ABRANGÊNCIA: PARANÁ

PREGÃO ELETRONICO Nº 04/2019 PROCESSO Nº 08129.002051/2019-50 – MENOR PREÇO POR ITEM

CONTRARAZOES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

JORGE V. ESPOLADOR, brasileiro, leiloeiro público oficial, devidamente matriculado perante a JUCEPAR nº 13/246-L, inscrito sob o CPF 918.216.069-49, com endereço a Rua José Leite de Carvalho, nº 74 – Jardim Higienópolis – Londrina – Pr – Cep: 86.015-290, vem apresentar a presente Contrarrazões Recursal ao Recurso interposto em 09 de Maio de 2019, pelo recorrente HELCIO KRONBERG, com fulcro nos itens 9 e seguintes do referido edital, nos termos das contrarrazões que se passa a expor:

1. DA TEMPESTIVIDADE

Nos termos do item 9 do Edital de licitação – Pregão Eletrônico nº 04/2019 – Processo nº 08129.002051/2019-50, após apresentada as razões de recurso, por quem de direito, abrir-se-ia o prazo de 03 (três) dias a contar do termino do prazo do recorrente para apresentação de contrarrazões recursais.

Oportuno se torna dizer que, o Recurso Administrativo interposto pelo Sr. Leiloeiro Helcio Kronberg foi em data de 09 de maio de 2019, sendo que o prazo para contrarrazões de 3 (três) dias escoa-se em data de 14 de maio de 2019, razão pelo qual a presente contrarrazão encontra-se tempestiva.

Apesar do acima exposto, afim de corroborar com a afirmativa, segue abaixo acostado, as informações disponíveis no site (<http://comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/livre/pregao/ata0.asp>),

2. DA AUSÊNCIA DE NULIDADES, EXPLANAÇÃO DO EDITAL

2.1 – DOS DÉBITOS DOS VEÍCULOS - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

Em síntese, o Recorrente alega que: “os licitantes habilitados pelo Pregoeiro para os ITENS 01 e 03, quais sejam o Sr. Afonso Marangoni e o Sr. Jorge Vitorio Espolador, não apresentaram certidão e/ou documento hábil a comprovar a realização/solicitação de desvinculo dos débitos que recaem sobre os veículos objetos da licitação” (grifo nosso).

O qual não merece prosperar, senão vejamos:

Preliminarmente, cumpre esclarecer que o item 6 do termo de referência (Anexo I do Edital 04/2019), trata-se da forma em que os licitantes devem executar o objeto da licitação, e não dos documentos necessários para habilitação do qual trata o item 07 do Edital 04/2019.

Em se tratando de operacionalização pós-venda, não há que se falar em apresentação de declaração precoce.

De outra banda, oportuno se torna dizer, que o leiloeiro não tomará para si obrigação exclusiva do arrematante, uma vez que não tem competência para pleitear direito alheio. Tal entendimento já encontra-se superado pelos julgadores, conforme expressamente superado na resposta da Impugnação 03."

4 -"regularização do bem para entrega ao arrematante" - o Edital de chamamento estabelece como atribuição do leiloeiro a operacionalização de todas as etapas, inclusive o pós-venda. Dentro desse contexto, seguramente existirão bens que se encontram com ônus e débitos pretéritos, bem como com restrições judiciais. Assim, cumpre ao leiloeiro contratado dar suporte técnico e operacional às atividades necessárias que sucedem a realização da hasta pública o que não se confunde com o leiloeiro se sub-rogar nos direitos do arrematante e postular, perante órgãos públicos, direito alheio em nome próprio; consiste, em verdade, em prestar os necessários esclarecimentos para o arrematante promover a correta preparação de documentos e diligências para ter êxito e celeridade em eventual baixa de débitos. (grifo nosso).

Em se fazendo a distinguishing do julgado apresentado pelo recorrente (TRF-1 – AG. 16906 MT 2006.01.00.016906-2, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES, Data de julgamento: 13/10/2006 SEXTA TURMA, Data de Publicação: 30/10/2006 Dj. p.216), nada tem a ver com o caso concreto, por consequência não poderá ser aplicado ao presente, analisemos.

O julgado apresentado aos autos, tem por fundamento a inabilitação do licitante por deixar de cumprir as exigências mínimas do edital.

Sabemos que o item 6 do termo de referência (Anexo I do Edital 04/2019), trata-se de procedimento pós-venda, não havendo que se falar em documento necessário para habilitação/ contratação do licitante, portanto deverá ser desconsiderado no presente caso. Diante de todo exposto, requer a improcedência do pedido.

2.2 – "OVERRULING" – superação do entendimento

Sustenta o Recorrente, que o licitante deixou de apresentar atestado de capacidade técnica que comprovasse a realização de no mínimo 10% (dez por cento) de cada item inserido no quadro demonstrativo dos bens declarados perdimento.

Saliente que tal manifestação ocorrera, também, em fase de impugnação, o qual encontra-se superada pela equipe técnica, não devendo ser novamente suscitada. vejamos:

ESCLARECIMENTO 8:

Resposta 1.1 - Para efeitos de comprovação capacidade técnica, serão válidos documentos que atestem a realização de leilão de bens móveis. Resposta 1.2 - Para efeitos de comprovação capacidade técnica, serão válidos documentos que atestem a realização de parcela de maior relevância e valor significativo do objeto e aspectos técnicos e econômicos indispensáveis ao cumprimento das obrigações inerentes ao futuro contrato, no caso em questão, serão utilizados como parâmetro a comprovação a realização, com êxito, do percentual estabelecido no item 7.20.2.1 dos quantitativos estimados constantes na tabela presente no item 8.1.4, do Termo de Referência anexo ao Edital, utilizando-se como parâmetro e leilão de veículos. Resposta 7.20.2.1 - Para efeitos de comprovação capacidade técnica, serão válidos documentos que atestem a realização de parcela de maior relevância e valor significativo do objeto e aspectos técnicos e econômicos indispensáveis ao cumprimento das obrigações inerentes ao futuro contrato, no caso em questão, serão utilizados como parâmetro a comprovação de realização, com êxito, do percentual estabelecido no item 7.20.2.1 dos quantitativos estimados constantes na tabela presente no item 8.1.4, do Termo de Referência anexo ao Edital, leilão de veículos. Resposta 3.1 - O Edital não prevê a restrição quanto à possibilidade de participação em mais de um item. Resposta 3.2 - Para efeitos de comprovação capacidade técnica, serão válidos documentos que atestem a realização, com êxito, do percentual estabelecido no item 7.20.2.1 dos quantitativos estimados constantes na tabela presente no item 8.1.4, do Termo de Referência anexo ao Edital, tendo como parâmetro leilão de veículos cuja comprovação deverá ocorrer para cada item, podendo ser apresentado cópia autenticada. Resposta 4 - A declaração deve ser emitida pelo licitante, conforme item 7.20.4. Resposta - Após o certame o Leiloeiro Público Oficial solicitará aos órgãos de trânsito e secretarias estaduais de fazenda as baixas dos débitos existentes, conforme preceitua a legislação em vigor (§5º do artigo 144-A do Código de Processo Penal, acrescentando pelo artigo 5º da Lei nº 12.694 de 24 de Julho de 2012). Assim, a autoridade de trânsito ou órgão de registro e controle ou equivalente, expedirá o certificado de registro e licenciamento em favor do arrematante, ficando este livre do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores, sem prejuízo de execução fiscal em relação ao anterior proprietário. Resposta - Poderão ser utilizados documentos equivalentes podendo ser Fatura de leilão ou Nota de venda.

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO 3

Com referência ao 2 -"características dos bens a serem leiloados" - se faz importante esclarecer que efeitos de comprovação capacidade técnica, a Administração pode solicitar documentos que atestem a realização de parcela de maior relevância e valor significativo do objeto e aspectos técnicos e econômicos indispensáveis ao cumprimento das obrigações inerentes ao futuro contrato, no caso em questão, serão utilizados como parâmetro a comprovação a realização, com êxito, do percentual estabelecido no item 7.20.2.1 dos quantitativos estimados constantes na tabela presente no item 8.1.4, do Termo de Referência anexo ao Edital, utilizando-se como parâmetro e leilão de veículos. Pode a impugnante ter tido uma compreensão equivocada do edital, haja vista os critérios de capacidade técnica dizerem respeito ao leilão de bens móveis, sem individualizar se joias, embarcações, aviões etc. Ou seja, a capacidade técnica não será aferida para cada subitem do item "bens móveis", mas sim para este último – o detalhamento do item "bens móveis" se deu para os pretensos concorrentes terem maior ciência de quais produtos serão submetidos à arrematação. – RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO 3 (<http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/avisos4.asp?qaCod=889897&texto=R>)

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO 4

Em que pese a intempestividade do Pedido de Impugnação, passamos à análise das alegações levantadas: Convém informar que o tema questionado já foi analisado no Pedido de Esclarecimento nº 08, divulgado no sistema Comprasnet e sítio eletrônico do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em 21/03/2019, senão vejamos: 1) No item 7.20.2 consta a obrigação da apresentação de atestado que comprove "a realização de leilões de bens móveis, que se enquadre no objeto da presente licitação". Contudo, enquanto o item 1.1 do Edital mencionado que o objeto da licitação é a "realização de leilão de bens móveis", o item 5.1 do Termo de Referência descreve os serviços a serem prestados pelo leiloeiro (remoção, guarda, depósito, organização e pós-venda). Diante disso, indaga-se: 1.1) O atestado que comprovar apenas a realização de leilão de bens móveis é suficiente para cumprir o requisito previsto no item 7.20.2 ou o atestado deve, obrigatoriamente, comprovar ter o licitante realizado todos os demais serviços previstos no item 5.1 do Termo de Referência? Resposta - Para efeitos de comprovação capacidade técnica, serão válidos documentos que atestem a realização de leilão de bens móveis. 1.2) Caso seja necessário que no atestado conste a realização dos serviços indicados no item 5.1 do Termo de Referência, indaga-se se, no que diz respeito aos bens que não forem veículos, fica dispensada a comprovação da "regularização" dos bens? (à medida que só há que se falar em "regularização" pós leilão quando se tratar de veículos, pois apenas em relação a estes bens há procedimentos, pós leilão, relativos a desvinculação de eventuais débitos que recaiam sobre o bem). Resposta - Para efeitos de comprovação capacidade técnica, serão válidos documentos que atestem a realização de parcela de maior relevância e valor significativo do objeto e aspectos técnicos e econômicos indispensáveis ao cumprimento das obrigações inerentes ao futuro contrato, no caso em questão, serão utilizados como parâmetro a comprovação a realização, com êxito, do percentual estabelecido no item 7.20.2.1 dos quantitativos estimados constantes na tabela presente no item 8.1.4, do Termo de Referência anexo ao Edital, utilizando-se como parâmetro e leilão de veículos. 2) O item 7.20.2.1 do Edital exige que o(s) atestado(s) a ser(em) apresentado(s) comprovem realização, com êxito, de objeto semelhante "em quantidade mínima igual ou superior a 10 % (dez por cento) dos quantitativos estimados constantes na tabela presente no item 8.1.4 do Termo de Referência". Contudo, nota-se que o quadro previsto no item 8.1.4 do Termo de Referência prevê, em cada item, quantidade de bens diversos (aeronave, diversos, eletrônicos, etc.). Diante disso, indaga-se 2.1) O(s) atestado(s) a ser(em) apresentado(s) devem comprovar a quantidade mínimo de 10% para cada um dos bens relacionados no referido quadro (aeronave, diversos, eletrônicos, etc..) ou basta a comprovação da quantidade equivalente a 10% do total indicado no mesmo quadro? 2.2) Na hipótese da necessidade de comprovação do mínimo de 10% de cada um dos bens (aeronave, diversos, eletrônicos, etc..) indaga-se se, no caso de inexistir algum tipo de bem em um item específico (a exemplo da inexistência de aeronave no item 1 do quadro), ainda assim é necessário comprovar a venda de tal bem? Resposta - Para efeitos de comprovação capacidade técnica, serão válidos documentos que atestem a realização de parcela de maior relevância e valor significativo do objeto e aspectos técnicos e econômicos indispensáveis ao cumprimento das obrigações inerentes ao futuro contrato, no caso em questão, serão utilizados como parâmetro a comprovação de realização, com êxito, do percentual estabelecido no item 7.20.2.1 dos quantitativos estimados constantes na tabela presente no item 8.1.4, do Termo de Referência anexo ao Edital, leilão de veículos. Ainda quanto à habilitação técnica, é importante destacar que nos termos do art. 30, inc. I, § 1º da Lei nº 8.666/93 a exigência de atestados de capacidade técnica somente será válida quando referentes às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto. A própria Constituição Federal em seu artigo 37, inciso XXI determina que Administração poderá exigir das licitantes tão somente a comprovação de aspectos técnicos e econômicos indispensáveis ao cumprimento das obrigações inerentes ao futuro contrato. Art. 37 (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. Importante destacar que nos termos do art. 30, inc. I, § 1º da Lei nº 8.666/93 a exigência de atestados de capacidade técnica somente será válida quando referentes às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto. Parcela de maior relevância seria o total de elementos que individualizam e diferenciam o objeto, evidenciando seus pontos mais críticos, de maior dificuldade técnica. Trata-se, portanto, das características essenciais do serviço a ser contratado de grande relevância para o resultado almejado pela contratação. Assim sendo, diante do caso concreto, considerando que a exigência da comprovação da capacidade técnica deverá limitar-se às parcelas de valor significativo do objeto, cumpre avaliar se a exigência de todos os projetos indicados para fins de comprovação da capacidade técnica da licitante, atendem tal exigência uma vez que exigências desarrazoadas além de ferir a determinação legal supramencionada poderão restringir a competitividade do certame licitatório. A habilitação técnico-operacional só pode ser exigida de licitantes para demonstração da capacidade de execução de parcelas do objeto a ser contratado que sejam, cumulativamente, de maior relevância e de maior valor - Acórdão 2992/2011-Plenário A demonstração da capacidade técnico-operacional de execução de serviços deve-se restringir às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado - Acórdão 31/2013-Plenário Por fim, cumpre registrar que esclarecimentos prestados administrativamente para responder a questionamento de licitante têm natureza vinculante para todos os participantes do certame, ou seja, a resposta ao pedido de esclarecimento caracteriza efeito vinculante ao Edital, no sentido de possuir a mesma força obrigatória do instrumento convocatório. Desse modo, não há afigurar motivos para deferimento do pedido solicitado. DA DECISÃO Diante do exposto, mesmo intempestivo o pedido e, com lastro nos posicionamentos levantados, NEGO PROVIMENTO, decidindo pela IMPROCEDÊNCIA do Pedido de Impugnação nº 04 ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 04/2019 interpostos pela ANLEIJUD. É a decisão. - RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO 4 (<http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/avisos4.asp?qaCod=890080&texto=R>) (Grifo nosso)

Não pairam dúvidas acerca da comprovação de capacidade técnica, e, de que restam válidos os documentos que atestassem a realização de parcela de maior relevância e valor significativo, ou seja, utilizando-se como parâmetro e leilão de veículos.

Diante do exposto, requer a improcedência do pedido.

2.3 – APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INFRAESTRUTURA – DESNECESSIDADE

Sustenta o Recorrente que, o licitante não apresentou Declaração de infraestrutura para guarda de bens, conforme preconiza o item 7.20.4 do Edital 04/2019.

Ocorre que, o Recorrente deixou de se atentar a nota de Esclarecimento emitida em 21/03/2019 16:56:18, tempo hábil para que o recorrente/interessado tomasse ciência antes da realização do pregão. Vejamos:

NOTA DE ESCLARECIMENTO Com o objetivo de tornar mais clara e efetiva a redação dos critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor, constante do Edital de Licitação nº 04/2019, informamos que, Onde se lê: Item 7.20.4 Declaração de infraestrutura para guarda de bens, em que fique consignada a área total do depósito, a existência de licença do Corpo de Bombeiros e Certidão de Regularidade com o Órgão de Licenciamento Ambiental e, ainda, de Apólice de Seguros assegurando os materiais porventura lá acautelados. Leia-se: Item 7.20.4 Declaração de que possuirá infraestrutura para guarda de bens, em que fique consignada a área total do depósito, a existência de licença do Corpo de Bombeiros e Certidão de Regularidade com o Órgão de Licenciamento Ambiental e, ainda, de Apólice de Seguros assegurando os materiais porventura lá acautelados. Tal declaração refere-se a evento futuro, ou seja, na ocasião da habilitação o licitante deverá apresentar uma declaração, que poderá ser informada na própria proposta ou em documento apartado, de que no momento oportuno para a execução do objeto, após contratado, conforme o modelo de execução disposto no item 6 do Termo de Referência, Anexo I do Edital, possuirá a infraestrutura, licenças, certidão de regularidade e apólice de seguro. Tal leitura se faz necessária ante ao fato de que somente após a formalização do instrumento de contrato, o contratado receberá da contratante a relação de bens a serem alienados. (<http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/avisos4.asp?qaCod=888679&texto=T>) – (Grifo nosso)

Visando, o atento controle do licitante, tomou ciência do esclarecimento e proporcionou a entrega das certidões em tempo hábil a abertura do pregão, restando infundada tais alegações.

Diante do exposto, requer a improcedência do pedido.

2.4 – DAS TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES

Vislumbra-se que, conforme expresso no edital de leilão, todas as informações foram disponibilizadas no site em formato de avisos e notas de esclarecimento.

Ressalta, que qualquer informação encontrava-se disponíveis nos tópicos acima, cumprindo fielmente com o certame, quais sejam.

Assevera, que toda documentação necessária a habilitação do licitante está disponível para acesso dos demais interessados nos anexos de propostas, para eventuais impugnações.

Razão pela qual diante de todo o exposto, requer a improcedência do pedido.

2.5 – INSCRIÇÃO E DE REGULARIDADE PERANTE A PREVIDENCIA SOCIAL

A título de habilitação, o Item 7.15 do Edital 04/2019, determina juntada de certidão de inscrição e regularização Perante a Previdência Social.

Assevera que o licitante apresentou a declaração disponível no site do Ministério da Fazenda nos termos requerido no item 7.15 do edital, no qual abrange todas as dívidas federais, inclusive perante o órgão da Previdência Social, Vejamos:

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. (A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços ou .)

Sabe-se ainda, que o teor da declaração exigida no item 7.15 do edital de licitação, encontra-se disciplinada pelo artigo art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Abaixo transcrito.

Art. 11. No âmbito federal, o orçamento da Seguridade Social é composto das seguintes receitas:

I - receitas da União;

II - receitas das contribuições sociais;

III - receitas de outras fontes.

Parágrafo único. Constituem contribuições sociais:

a) as das empresas, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço; (Vide art. 104 da lei nº 11.196, de 2005)

b) as dos empregadores domésticos;

- c) as dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário-de-contribuição; (Vide art. 104 da lei nº 11.196, de 2005)
- d) as das empresas, incidentes sobre faturamento e lucro;
- e) as incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos.

É sabido, também, que a certidão apresentada pelo licitante, abrange, entre outras, a contribuição social, que por sua vez, compreende a de inscrição, bem como a regularidade perante a Previdência Social.

Em que pese as alegações do Recorrente, não foi possível observar que a certidão deveria ser expedida unicamente pelo site da Previdência Social, transcreve:

7-HABILITAÇÃO

[...]

7.15. Comprovação de inscrição e da regularidade perante a Previdência Social. (Edital 014/2019) – (Grifo nosso)

De todo exposto, tais alegações não merecem prosperar.

3. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer o indeferimento do recurso interposto, tendo em vista este leiloeiro ter cumprido fielmente as normas do edital do Pregão Eletrônico 04/2019, cumprindo-se, inclusive com os princípios da isonomia do certame.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento

Cordialmente!

Londrina, 14 de maio de 2019

JORGE V. ESPOLADOR
Matricula Jucepar nº 13/246-Leiloeiro

Fechar